

## LISTA DE DOCUMENTOS PARA REGISTRO NO SIPEAGRO/MAPA

### OPERADORES DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS – (DRONES) e ENTIDADES DE ENSINO CAAR

**PARA AS CATEGORIAS: AGRICULTOR, EMPRESA RURAL, EMPRESA DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA (PRESTADORES), COOPERATIVA (OU CONSÓRCIO), ÓRGÃO PÚBLICO**

#### NA ABA “ESTABELECIMENTO”:

1. CERTIFICADO DO CURSO PARA APLICAÇÃO AEROAGRÍCOLA REMOTA - CAAR OU EQUIVALENTE DOS ASSISTENTES
2. Lista georreferenciada de propriedades próprias e sob Arrendamento de Terras, Condomínio Rural e Parceria Agrícola, assinadas pelo Responsável Legal – **SOMENTE PARA AS CATEGORIAS AGRICULTOR E EMPRESA RURAL (CLIQUE PARA OBTER O MODELO DA DECLARAÇÃO)**
3. CONTRATO SOCIAL (PJ) - **NÃO APLICÁVEL PARA CATEGORIA AGRICULTOR\***
4. DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE REGULARIDADE JUNTO A ANAC – CADASTRO SISANT ANAC
5. DOCUMENTO EMITIDO E ASSINADO PELO OPERADOR PRINCIPAL (CADASTRADO NO SISANT), LISTANDO OS DEMAIS OPERADORES DA AERONAVE (**SOMENTE EM CASO DE COMPARTILHAMENTO DE AERONAVES**)

#### Na ABA “HABILITAÇÕES RT”:

1. ART – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO RT (somente para PESSOA JURÍDICA);
2. CARTEIRA DO CONSELHO PROFISSIONAL DO RT (somente para PESSOA JURÍDICA);
3. COMPROVANTE DE REGISTRO DO RT NO CONSELHO (somente para PESSOA JURÍDICA);
4. CONTRATO OU CARTEIRA DE TRABALHO DO RT. (somente para PESSOA JURÍDICA);

OBS. Conforme § 1º do artigo 4º da Portaria 298/2021, o operador de ARP (drone), PESSOA FÍSICA, fica isento de apresentar RT

**PARA A ATIVIDADE: ENTIDADE DE ENSINO CAAR**

#### NA ABA “ESTABELECIMENTO”:

1. COMPROVANTE CNPJ;
2. CÓPIA DO ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL.

#### Na ABA “HABILITAÇÕES RT”:

1. CARTEIRA DO CREA DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO;
2. CERTIFICADO DO CURSO DE COORDENADOR EM AVIAÇÃO AGRÍCOLA (CCAA);
3. CONTRATO OU CARTEIRA DE TRABALHO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO RESPONSÁVEL.

\* Os operadores de ARP devem atender a todos os requisitos e regras, em conformidade com a Portaria MAPA nº 298 de 22 de setembro de 2021.

\* O operador de ARP terá o seu registro no SIPEAGRO **cancelado** em caso de não atendimento aos requisitos dispostos na Portaria, de acordo com o procedimento previsto na Instrução Normativa nº 34, de 21 de outubro de 2015.